Bolsas
Na quarta-feira
0,55% São Paulo
0,96% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
130.793 — 129.233
18/10 21/10 22/10 23/10

Dólar
Na quarta-feira
R$ 5,692
(- 0,08%)

Últimos	
17/outubro	5,659
18/outubro	5,698
21/outubro	5,690
22/outubro	5,697

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,140

CDI
Ao ano
10,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,94%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2024	0,46
Junho/2024	0,21
Julho/2024	0,38
Agosto/2024	- 0,02
Setembro/2024	0,44

REFORMA TRIBUTÁRIA

Começam debates para definir texto

Relator diz que não abre mão de benefícios a Norte e Nordeste e de trava na alíquota padrão do IVA

» RAFAELA GONÇALVES

Geraldo Magela/Agência Senado

Os senadores Davi Alcolumbre (União-AP) e Eduardo Braga (MDB-AM) conduziram a reunião da CCJ que definiu cronograma de audiências

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deu início à discussão do projeto de regulamentação da reforma tributária. O relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou ontem um cronograma de audiências para substanciar o seu parecer que vai até a primeira quinzena de novembro.

No calendário aprovado pelo colegiado há 11 audiências públicas previstas, com início na próxima terça-feira, 29. Na próxima semana, serão três encontros na CCJ para debater a proposta. Nas duas semanas seguintes, quatro encontros semanais, até o dia 14 de novembro.

"A participação tem sido ampla, irrestrita, total, para que nós possamos ter a responsabilidade de aprovarmos um texto aqui no Senado que aprimore a regulamentação. E mais do que isso, esse texto terá que ser negociado com a Câmara dos Deputados, porque no caso de projeto de lei a Câmara tem a palavra final e mais ainda, vai a sanção do presidente com direito a vetos", disse o relator na leitura do plano de trabalho.

"Portanto, será necessária uma negociação ampla com o Executivo, e ao mesmo tempo, nós estamos com a ambiciosa meta de tentarmos executar tudo isso ainda no ano de 2024", completou Braga.

Entre os temas previstos estão o impacto no setor produtivo e dos regimes diferenciados, Simples Nacional e Zona Franca de Manaus, Imposto Seletivo (IS); Fundo de compensação e novo modelo de desenvolvimento regional; além das regras de transição.

Braga afirmou que "não admitirá retrocessos" em políticas de desenvolvimento no Norte e Nordeste, no Simples Nacional e na Zona Franca de Manaus. Ele também reforçou que seu relatório fará valer uma trava para impedir o aumento de impostos e assegurar a neutralidade da futura carga tributária do consumo.

Haverá duas sessões de debates, no plenário principal do Senado, com governadores e prefeitos, o que pode empurrar a votação final dos senadores para o início de dezembro.

Tramitação

Depois de passar pela CCJ, o texto seguirá para o plenário, onde precisará de, no mínimo, 41 votos para ser aprovado. Se sofrer mudanças em relação à versão aprovada pelos deputados, conforme já sinalizou o relator, retornará à Câmara. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por sua vez, espera concluir a análise do texto ainda durante a sua gestão, que se encerra em fevereiro de 2025. Na última segunda-feira, ele declarou que há um compromisso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em entregar o "projeto votado" ainda em novembro.

Houve a tentativa de que o projeto fosse debatido antes na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pedido feito pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho criado para tratar do tema. Segundo ele, como o mérito da matéria é econômico, por isso, o colegiado é o mais adequado para tratar de agregar emendas ao relatório. "Não há nenhum objetivo de postergar ou dificultar, mas é uma matéria muito complexa. Isso muda o Brasil", argumentou.

A ideia, no entanto, não foi acatada pelo presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União-AP), uma vez que a decisão sobre a distribuição do projeto para outra comissão cabe a Pacheco. Ele lembrou que, dos 54 parlamentares que integram a CCJ, 40 também participam da CAE como membros.

Até o momento, o texto já recebeu 1461 emendas. O PLP 68/2024 é responsável por definir isenções e reduções de alíquotas, assim como o novo Imposto Seletivo (IS), tributação extra destinada a itens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

TRIBUTOS

Mais de um milhão de MEI pode sair do Simples

» PEDRO JOSÉ*

A Receita Federal notificou mais de 1,8 milhão de empresas do Simples Nacional para que regularizem suas dívidas, sob o risco de exclusão do regime simplificado de impostos a partir de 1º de janeiro de 2025. Entre os notificados, estão 1.121.419 Microempreendedores Individuais (MEI) e 754.915 micro e pequenas empresas, cujas dívidas somam R$ 26,7 bilhões.

As notificações foram enviadas entre 30 de setembro e 4 de outubro, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI (DTE-SN). Junto ao Termo de Exclusão, os contribuintes receberam um "relatório de pendências" com detalhes sobre os subsídios.

Para evitar a exclusão, os contribuintes deverão quitar suas dívidas, à vista ou parceladas, no prazo de 30 dias a partir da data de ciência do Termo de Exclusão. O documento pode ser acessado no Portal do Simples Nacional ou no Portal e-CAC da Receita Federal, utilizando login via Gov.BR (nível prata ou ouro) ou certificado digital.

Caso o termo não seja visualizado dentro de 45 dias, a ciência será considerada automática e o prazo para regularização entrega a contar. Se o pagamento for realizado dentro do prazo, o termo será cancelado automaticamente, sem necessidade de comparação com uma unidade da Receita Federal.

Empresas que não quitarem suas dívidas até o prazo final serão retiradas do Simples Nacional a partir de 1º de janeiro de 2025. MEI também serão desenquadrados do Simei. Aqueles que desejarem contestar o Termo de Exclusão deverão encaminhar sua defesa ao Delegado de Julgamento da Receita Federal, por meio de protocolo eletrônico.

Mary Elbe Queiroz, presidente do Centro Nacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (CENAPRET), recorda que todo fim de ano a Receita Federal faz esse tipo de notificação e alerta às empresas que, se estiverem devendo, "terão que efetuar os pagamentos para que possam permanecer no sistema com todos os benefícios no ano de 2025."

Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

CONTROLE DE GASTOS

Dívida pública pode chegar perto de 100% do PIB, diz FMI

» RAPHAEL PATI

A relação da dívida pública com o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil deve piorar nos próximos anos, de acordo com a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), que divulgou ontem a mais recente edição do Monitor Fiscal, publicado a cada seis meses. De acordo com a nova estimativa, o organismo prevê que a relação Dívida-PIB deve sair de 83,9%, em 2022, no último ano do governo de Jair Bolsonaro, para 94,7% em 2026, no fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Além desse salto, o FMI reforça que não espera um saldo positivo nas contas públicas do país até 2027, quando o organismo estima o prometido superavit de 0,1%. Para 2024, a projeção é de deficit de 0,5% do PIB, enquanto em 2025, deficit de 0,7%, e 2026, de 0,6%.

Em viagem aos Estados Unidos, para um encontro entre líderes da política fiscal e monetária do G20, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, refutou os dados do Monitor Fiscal. Ele defendeu a atuação do governo para conter os riscos fiscais. "Do mesmo jeito que eles reviram uma projeção que estava manifestamente errada, nós temos que cuidar para que essas projeções não se realizem. Agora, eu não acredito nessa trajetória", disse.

Mesmo assim, Haddad destacou que é preciso repensar as estratégias para fortalecer o arcabouço fiscal, em meio a incertezas e críticas sobre o controle de gastos pelo governo federal. "Quando a gente lançou (o arcabouço), aquilo ancorou durante muito tempo. Depois piorou o cenário interno, tivemos problemas internos, também, que se associaram ao cenário externo mais desafiador e estamos agora tendo que repensar essa estratégia para fortalecer o arcabouço fiscal", disse o ministro.

O ministro da Fazenda preferiu, mais uma vez, não detalhar o pacote para conter gastos ainda em 2024. A decisão deve ficar para após o retorno de Haddad ao Brasil, quando deve se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Diogo Zacarias

Haddad e Marina apresentaram o BIP a investidores estrangeiros

Investimento verde

Ainda nos EUA, o chefe da Fazenda participou do lançamento da Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP). A iniciativa pretende aumentar a competitividade do país em relação às pautas sobre transição energética.

O programa deve ampliar as fontes de investimento no tema, em consonância com o Plano de Transformação Ecológica já adotado. Ao lado da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, Haddad destacou, ao fazer o anúncio, que o mundo precisa "redesenhar as finanças globais, para que envolvam finanças sustentáveis."

Marina Silva enfatizou que são necessárias metas mais ambiciosas para reduzir as emissões de carbono. "Nós podemos ser o país que vai ajudar a resolver o problema da insegurança alimentar, não só no nosso caso, mas do planeta", disse. "Mas nós podemos fazer isso com tecnologia, sem precisar derrubar mais uma árvore", defendeu.

» BC vende dólar para segurar alta

Para evitar a elevação do valor do dólar frente ao real, que ontem quase atingiu a marca dos R$ 5,70, fechando a R$ 5,69, o Banco Central anunciou, para hoje, uma oferta pública para operação de Swap cambial. No comunicado, divulgado ontem, o BC informa que o leilão será realizado das 11h30 às 11h40. Serão aceitos no máximo até 14.000 contratos a serem distribuídos entre os vencimentos de 02/05/2025 e 1º/10/2025. Desde abril, o BC vem realizando esse tipo de operação para equilibrar a oscilação do câmbio.